



A grande imprensa paulista e a imagem do PT pré-*Mensalão*: as coberturas das denúncias do caso CPEM (1997) no *Estadão* e na *Folha*¹

Paulo Roberto Figueira Leal²

Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumo

Já em 1997- quando das denúncias de corrupção envolvendo a empresa de consultoria CPEM e prefeituras petistas de São Paulo -, as produções noticiosas dos dois principais jornais paulistas enfatizavam (peremptoriamente em *O Estado de São Paulo*; hipoteticamente na *Folha de São Paulo*), a não diferenciação do PT em relação a outros partidos. Os enquadramentos jornalísticos dados pelos dois jornais na cobertura daquelas denúncias, contudo, mostraram-se distintos: enquanto as escolhas editoriais do *Estado* foram preferencialmente por reportagens com estilo editorializado e centradas no Partido dos Trabalhadores, as da *Folha* enfatizaram as relações promíscuas entre consultorias e prefeituras (não apenas as petistas).

Palavras-chave

Jornalismo impresso; Enquadramento de mídia; Ênfase editorial.

1 - Introdução

Depois das denúncias feitas em 2005 pelo ex-deputado Roberto Jefferson (sobre a existência de um mecanismo de cooptação parlamentar no esquema que ficou conhecido como *Mensalão*), houve uma intensa reversão de imagem do Partido dos Trabalhadores junto a importantes segmentos da sociedade brasileira. Se até então o PT aparecia em quase todas as sondagens de opinião pública como uma sigla com imagem mais associada à honestidade do que as demais, o episódio do *Mensalão* produziu um significativo processo de indiferenciação entre elas.

Nas ondas de investigações que se seguiram à entrevista de Jefferson à *Folha de São Paulo*, as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) instaladas no Congresso Brasileiro levantaram velhas e novas denúncias contra o Partido dos Trabalhadores. Entre elas, a acusação de que várias prefeituras do interior paulista administradas pelo

¹ Trabalho apresentado ao NP 11 – Jornalismo, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Doutor e mestre em Ciência Política pelo IUPERJ, jornalista pela UFRJ. Professor Adjunto da Facom-UFJF. Autor dos livros *O PT e o dilema da representação política* (Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005) e *Os debates petistas no final dos anos 90* (Editora Sotese, 2004).



PT nos anos 90 tiveram relações promíscuas com uma empresa de consultoria (a CPEM), ligada a Roberto Teixeira, amigo íntimo do presidente Lula.

As primeiras denúncias relacionadas ao caso foram publicadas na edição de 26 de maio de 1997 do paulistano *Jornal da Tarde*. Rapidamente todos os grandes jornais do país acolheram pautas decorrentes daquela matéria. E que imagem era projetada sobre o PT por esses grandes jornais? Naquele ano de 1997, período em o partido se encontrava em pleno processo de crescimento e consolidação (cujo ápice se daria com a eleição de Lula em 2002), que papel desempenhou especificamente a grande imprensa de São Paulo - berço e principal reduto eleitoral petista - na delimitação da imagem pública do Partido dos Trabalhadores?

Para responder – ao menos parcialmente – a esta questão, o presente artigo concentra-se em analisar as coberturas sobre o tema CPEM realizadas pelos dois mais influentes diários paulistas – *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo* - entre os dias 27 de maio de 1997 (dia seguinte à publicação das denúncias pelo *Jornal da Tarde*) e 4 de junho de 1997 (data-limite escolhida por ainda conter matérias relacionadas ao tema, sobretudo em virtude da instauração, pelo PT, de uma comissão de sindicância para apurar responsabilidades). Pretende-se inferir, a partir da avaliação das ênfases editoriais dadas pelos veículos, que imagem do PT decorreu da produção noticiosa de cada um dos referidos jornais.

2 - Os cânones da prática jornalística

Objetividade, neutralidade e concisão. Todos os manuais de redação e estilo dos jornais enfatizam estes três atributos como sendo alguns daqueles mais indispensáveis para uma boa matéria jornalística. É através deles, reza a tradição, que o profissional acessa o mundo e transforma fatos em notícias. O já clássico conceito de Nilson Lage (1993) sustenta que notícia é o relato de um fato ou uma série de fatos a partir de seus aspectos mais relevantes. A definição tradicional, pelos veículos, dos critérios norteadores para a escolha do que é ou não relevante baseia-se na discutível convicção de que é possível refletir a realidade tal como ela efetivamente é e objetivamente hierarquizar eventos por ordem de importância. Nessa perspectiva, o mundo é cognoscível e passível de ser encapsulado em textos.

Não é tarefa deste trabalho discutir em profundidade o paradigma acima. Questões epistemológicas muito complexas emergem dessa discussão, num antigo embate.



Contudo, com base em teóricos críticos dessa ideologia da objetividade, pretendemos utilizar o conceito fundamental de *enquadramento de mídia* – segundo Goffman (1974), aqueles modelos de interpretação e seleção (definindo, por exemplo, ênfases e exclusões) que são utilizados para organizar o discurso. Estamos aqui em outro terreno muito distinto daquele sugerido pela maioria dos manuais de redação: o jornalismo, nessa perspectiva crítica, não trata de reproduzir a realidade, mas sim de construí-la, de representá-la a partir de filtros mediadores.

Como ressalta Todd Gitlin (1980), o enquadramento de mídia é crucial para o entendimento de como se dá o processo de produção jornalística, no qual o volume de trabalho e a escassez de tempo tornam inevitável a utilização desses roteiros que definem certos enfoques a serem privilegiados. Gitlin sugere que o principal problema em relação aos enquadramentos não é tanto a constatação de que eles existem; problemático é o fato de serem utilizados sempre os mesmos, e não outros enquadramentos.

É neste ponto que o artigo pretende centrar-se: ao analisar a cobertura que os dois mais influentes diários paulistas fizeram do episódio CPEM, tentaremos identificar se houve enquadramentos recorrentes na cobertura de cada um dos jornais e, na conclusão do trabalho, identificar se é possível falar de um enquadramento comum a eles. *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo* foram escolhidos como objeto de pesquisa exatamente por representarem o paradigma, em São Paulo (mais rico e populoso estado brasileiro), do jornalismo profissional.

Concorrentes entre si (e autoproclamados diferentes um do outro, até por questões mercadológicas), estes diários envolvem-se numa luta contínua por leitores, anunciantes e prestígio. Nossa tarefa, portanto, é tentar identificar, em cada um deles, os enquadramentos escolhidos para tratar das denúncias contra o PT em 1997, e verificar se (como preconiza a teoria de Gitlin) estes enquadramentos podem estar associados a uma visão hegemônica – enfim, se é verdade que certos aspectos são sempre enfatizados porque representam os valores dos segmentos dominantes na sociedade.

Esta questão é relevante sobretudo se considerarmos, como Mark Fishman (1990), que os meios de comunicação legitimam suas posturas pautados, em grande parte, pelos concorrentes – o que é publicado em outros veículos (fontes internas) constitui-se em critério de balizamento sobre o que é ou não notícia. Fishman propõe que o noticiário não reproduz nem tampouco inventa a realidade: ele o constrói com base nestas fontes



internas e em fontes externas – principalmente oficiais – que produzem representações da realidade que são tomadas como *a* realidade.

As unidades de análise aqui escolhidas – notícias e reportagens das páginas internas e editoriais – foram selecionadas não porque sejam necessariamente as mais importantes, mas porque se adequavam melhor ao escopo deste artigo: análise comparativa de discursos verbais, de soluções narrativas e de enquadramentos. Apesar de existirem bem sucedidas pesquisas englobando a totalidade de elementos de que dispõe um jornal (fotos, charges e elementos de primeira página), estas unidades de análise teriam aproveitamento duvidoso em nosso caso.

Os elementos gráficos, como charges e fotos, são instrumentos mais utilizados em coberturas que se baseiam em imagens fortes - caso, por exemplo, de campanhas eleitorais, como as de 1992, estudadas por Heloísa da Silva Dias (1995). As denúncias contra o PT não se constituíram em um evento noticioso capaz de gerar em profusão estas imagens, fazendo com que o assunto tivesse matérias e editoriais como espaço discursivo predominante. A não inclusão dos elementos de primeira página (apesar da compreensão de sua importância para a estratégia narrativa do jornal, servindo até mesmo como roteiro de leitura), deve-se ao fato de que o assunto chegou timidamente às primeiras páginas dos dois jornais analisados.

3 - A mídia como tribuna de acusação: as denúncias do *Jornal da Tarde*

Uma matéria do *Jornal da Tarde* no dia 26 de maio de 1997 deu início à série de reportagens sobre o suposto envolvimento do PT com a empresa de consultoria CPEM. A denúncia partiu de um então petista, Paulo de Tarso Venceslau, que ocupou as secretarias de Finanças nos governos Jacó Bittar, em Campinas, e Ângela Guadagnin, em São José dos Campos, e acusou prefeituras petistas de serem pressionadas a firmar contratos lesivos aos municípios. Segundo Paulo de Tarso, as prefeituras eram estimuladas por dirigentes partidários a contratar a CPEM sem licitação, pelo fato de que a empresa contribuiria para o partido e seria ligada a Roberto Teixeira (amigo pessoal de Lula e dono da casa onde o ex-presidente do PT morou durante uma década). Paulo de Tarso também acusava a direção do partido de ter sido conivente, pois mesmo depois de formalizadas as denúncias não se promoveu nenhuma apuração.

A manchete principal do jornal (ocupando grande parte da primeira página do *JT*) era incisiva: “Ex-secretário denuncia corrupção no PT”. O texto de primeira página



denota, desde o início, a preocupação em legitimar Paulo de Tarso como fonte autorizada para fazer as denúncias (“Paulo de Tarso, economista, ex-guerrilheiro da ALN, preso político torturado, quadro petista respeitado...”). O texto inicial da matéria, nas páginas internas, mantém a mesma postura: “Tem, portanto, além de qualificadas informações internas, autoridade, cacife, coragem e respaldo para dizer o que vai dizer...”. Como observa Fishman (1990), a realidade é, em grande parte, construída pelas fontes, e, apesar de todas as instâncias produzirem suas próprias leituras do mundo, só algumas delas são admitidas na mídia.

A matéria do *Jornal da Tarde* pode ser um exemplo ilustrativo do problema abordado por Sílvio Waisbord (1995), para quem o *boom* do jornalismo investigativo de denúncia na América Latina decorre muito mais de conflitos internos nas estruturas de poder do que de uma disposição da mídia para a investigação. Assim como Pedro Collor foi crucial para que as denúncias contra seu irmão presidente ganhassem uma fonte “oficial” – essa fonte é que torna a *verdade* legítima –, foi necessária uma denúncia intestina sobre o PT (com um denunciante potencialmente reconhecido como *insider*) para que o assunto fosse plausível. Qualquer semelhança com a atual crise política, iniciada pelas denúncias de Roberto Jefferson – aliado importante do governo Lula –, não é gratuita.

Apesar da crescente influência do modelo norte-americano, Waisbord afirma que o jornalismo latino-americano não chegou a desenvolver códigos universalmente compartilhados sobre o padrão ideal de jornalismo (nem sobre o que exatamente é objetividade), de forma que a imprensa é, muitas vezes, usada na luta pelo poder muito mais do que se afirma com o poder autônomo. As condições muito distintas que caracterizaram o desenvolvimento da imprensa nos EUA e na América Latina (inclusive em relação ao problema da dependência do Estado) não chegaram a ser superadas; não se desenvolveram condições sociais, políticas e econômicas que permitissem, de fato, que fossem aqui plenamente adotadas essas práticas de jornalismo típicas do modelo norte-americano.

As denúncias do *Jornal da Tarde* corroboram esta hipótese: a reportagem apenas reproduz informações oferecidas pela fonte e, também conforme alerta Waisbord (1996), está centrada em julgamentos morais. O título das páginas internas do *JT* insiste no tom moralista: “Petista revela esquema de corrupção no partido”. O enfoque dado pelo *Jornal da Tarde* à matéria assume um caráter editorializado que, de maneira geral, será encontrado menos intensamente na cobertura dos outros dois grandes jornais.

Esta editorialização – ou seja, a associação de elementos flagrantemente opinativos na reportagem – fica patente no início do texto:

“Está aqui, a cavaleiro, para fazer graves acusações à direção nacional do Partido dos Trabalhadores – talvez a mais grave em toda a sua história –, um quadro que carrega nas costas, com muito orgulho, uma decisiva participação naquela que foi a maior façanha na época da ditadura militar, o seqüestro do embaixador norte-americano”.

Waisbord sugere que, “não tendo que se ater a convenções de objetividade, o jornalismo sul-americano trata explicitamente com questões de moralidade”. Em virtude da falta de elementos para sustentar acusações (admitida inclusive pelo denunciante – “Eu não tenho provas materiais”), grande parte da entrevista de Paulo de Tarso foi dedicada à sua desilusão pessoal com lideranças partidárias. Diante da afirmação do repórter de que o presidente do PT, José Dirceu, “é uma pessoa que tem intimidade para bater na tua casa a qualquer hora”, Paulo de Tarso dá declarações pessoais ressentidas: “Ele morou nessa casa aqui... Éramos amigos neste nível”.

Algumas das frases selecionadas pela edição do *JT* com destaque gráfico são indicativas do enquadramento heróico dado ao denunciante: “Eu quero deixar claro que quero continuar olhando o meu filho de frente”; “Na Rodovia dos Trabalhadores, meu carro foi cercado por um outro carro com três homens dentro”. Se, como observou Silvio Waisbord, a narrativa detetivesca está fortemente associada às reportagens de denúncia, elementos desse tipo de narrativa não faltaram à matéria do *Jornal da Tarde*. atentados, ameaças físicas e inabalável compromisso com a própria honra são pontos indispensáveis numa história como essa.

Grande parte das críticas petistas à edição do *Jornal da Tarde* estava baseada no fato de que o jornal insistiu na caracterização de “corrupção no PT” sem nenhum outro fundamento que não as declarações do denunciante. Em edição extraordinária do semanário *PT Notícias*, de junho de 1997, o jornalista Bernardo Kucinski (professor da USP) acusava a reportagem do *JT*: em primeiro lugar porque, segundo ele, não continha denúncia nova; depois, porque esconderia informações relevantes (por exemplo, a falta de provas e a rejeição das propostas da CPEM pela maioria das prefeituras petistas); e, enfim, porque estaria mais calcada nos códigos comunicativos da propaganda do que nos do jornalismo.



4 - O Estado de São Paulo: o PT na vala comum

Entre os dois mais importantes jornais paulistas, *O Estado de São Paulo* foi o que dedicou maiores espaços à cobertura das denúncias contra o PT. Além de publicar vários editoriais sobre o assunto, as reportagens mantiveram-se mais intensamente nas suas páginas até o último dia analisado por este trabalho, quando a *Folha* já havia diminuído a atenção à questão. As explicações para este destaque dado pelo *Estado* podem estar situadas em diferentes níveis: além de o jornal ser, notoriamente, um dos mais comprometidos com posturas políticas conservadoras (e, portanto, críticas aos partidos de esquerda em geral), as denúncias foram publicadas inicialmente pelo *Jornal da Tarde*, pertencente ao mesmo grupo empresarial.

Como observa Silvio Waisbord, a produção de notícias de um jornal não pode ser totalmente separada das pressões econômicas e políticas das forças que o sustentam; em outras palavras, há compromissos ideológicos dos grupos empresariais responsáveis pelas publicações que geram efeitos no produto final. Waisbord lembra que as empresas se dedicam a investigar preferencialmente (e com mais destaque) setores políticos desafetos. Assim como foram os jornais conservadores que cobriram mais profundamente as denúncias contra o presidente liberal da Colômbia, no escândalo envolvendo Ernesto Samper com o narcotráfico, também foi o *Página 12* (diário de centro-esquerda na Argentina) que acompanhou com mais veemência as denúncias contra Carlos Menen.

Além de ser a empresa responsável pela primeira grande matéria sobre as denúncias (e, conseqüentemente, ter interesse em valorizar o *seu* furo), o grupo *OESP* tem uma antiga trajetória de rugas com o Partido dos Trabalhadores. A cobertura do *Estado* foi, dentre as estudadas, a que mais ressaltou o suposto comprometimento do PT com atos de corrupção.

A disposição em adotar uma postura crítica em relação ao PT fica patente em seus editoriais – certamente entre os mais incisivos dentre todos os analisados. Na edição de 27 de maio, por exemplo, sob o título de “Farinha do mesmo saco” (página A-3), o jornal insiste numa tese que vai ser recorrente em sua cobertura – a de que o PT é um partido exatamente igual àqueles que são por ele criticados:

“Havia analistas que garantiam ser todos os partidos políticos brasileiros semelhantes pelos programas, doutrinas e costumes, exceto o PT, que se distinguia pela intransigência de suas propostas e pela rigidez moral de seus dirigentes e militantes. O depoimento do ex-

militante (...) apenas demonstra que o PT é um partido como os outros, talvez pior ainda, porque incapaz de reagir instantaneamente (...) O PT é o mais recente sepulcro caído da política tupiniquim.”

O Editorial da edição seguinte, de 28 de maio, é ainda mais virulento. Sob o título “O farisaísmo flagrado” (página A-3), o *Estadão* sustenta que:

“O valor do PT para a vida nacional estava em outro plano. Era como crítico e polícia dos costumes políticos e administrativos que o PT desempenhava valioso papel na vida brasileira (...) Vê-se, agora, que havia nesse comportamento uma enorme dose de farisaísmo. No seu combate à corrupção, o PT tentava disseminar subliminarmente a idéia de que a honestidade no trato da coisa pública é exclusividade de governos de esquerda. Os fatos denunciados pelo senhor Paulo de Tarso Venceslau despem a roupa imaculada de um partido que não toma banho há anos”.

Neste mesmo editorial, em destaque gráfico, o jornal coloca a questão prática mais relevante (sobretudo naquele momento, em que se discutia a denúncia de compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso): “Que autoridade moral terá o PT para denunciar as corrupções alheias, se ocultou a própria?”; o texto do editorial sustenta que as pessoas que contribuíram para a construção da imagem de rigor ético do PT eram as mesmas que estavam envolvidas no escândalo. Além disso, defende o Editorial, se na denúncia da compra de votos no Congresso o envolvido era um “obscuro deputado” no caso das denúncias contra o PT eram figuras proeminentes do partido.

O tom das reportagens na edição do dia 27 de maio (que ocuparam quase integralmente três páginas) insistia na tese de que o PT se enredava em seus próprios erros. Na matéria principal – “PT reabre investigação sobre corrupção” (página A-4) –, o *sublead* trazia um *mea-culpa* do presidente José Dirceu: “A executiva nacional cometeu um erro ao não levar adiante a sindicância”. Na matéria imediatamente posterior a esta, na mesma página – “Genoíno e Mercadante pedem comissão de ética” –, o subtítulo informa que, para o deputado José Genoíno, o “partido ‘falhou’ ao apurar acusações.” Na página A-5, destaque para a reportagem informando no título que “Contrato causa problemas a Telma até hoje”. Na página A-6, destaque para a reportagem “Ex-secretário põe até Lula sob suspeita”, seguida de trechos da entrevista publicada na véspera pelo *JT*.

A cobertura dos dois dias subsequentes mantém postura ofensiva contra o partido, que é colocado no centro do debate. Na edição de 28 de maio, todas as matérias principais do caderno de política eram flagrantemente acusatórias ao PT: “Ex-vice-

prefeito confirma pressões da cúpula” (página A-4); “Prefeito de Santo André também sofre processo” (página A-5); “TCE considera ‘ilícita’ assessoria da CPEM” (página A-6). No dia 29 de maio, “Processo liga amigo de Lula à CPEM” (página A-4); “Lula afasta-se da cúpula para apurações” (página A-6). A primeira matéria principal de página contendo a versão de petistas só aparece nesta edição de 29 de maio na página A-7, sob o título de “Prefeito diz que agiu de acordo com a lei”.

Outro editorial, em 30 de maio (página A-3), volta à tese de que o partido usa os mesmos artifícios dos demais:

“O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva deixou-se meter em uma situação na qual só lhe resta apresentar versões para rebater fatos. Tenta desqualificar o denunciante para desqualificar a denúncia. É truque velho, tantas vezes denunciado pelo PT como vício daqueles que chama de ‘partidos de direita’”.

As reportagens, como nas edições anteriores, mantêm pressão sobre o partido, com títulos e reportagens que insistem na associação entre PT e corrupção. Na página A-4 – “Denúncia leva PT a rediscutir planos para 98” – o *lead* informa que “os efeitos políticos da denúncia de corrupção no PT começam a ser sentidos na divisão de forças dentro do partido e podem levar a uma mudança de rumos na campanha eleitoral de 1998”. Na página A-5 – “Teixeira confirma negócios com prefeituras” – o subtítulo relata que “advogado admite ter oferecido a Lula serviços da CPEM”.

A partir da edição de 31 de maio, a constituição da comissão de sindicância formada pelo PT começa a alcançar os principais títulos. O tom, contudo, continua explicitamente (nos editoriais) ou subliminarmente (nas matérias) crítico ao partido. “Bicudo rejeita ajuda de fora na sindicância” (página A-4) é o título da reportagem principal, com o subtítulo informando que “deputado alega que denúncias de Paulo de Tarso são um problema exclusivo do partido”. A matéria destaca, no fim do *lead*, que Paulo de Tarso acha que um fórum formado só por petistas não terá isenção para conduzir os trabalhos. Esta idéia é defendida literalmente pelo *Estadão* em seus editoriais e perpassa todo o material noticioso sobre a comissão.

A edição de domingo (1^o de junho) estampa, na página A-8, pesquisa *InformEstado* que constata que 53% dos paulistanos não acreditam mais no partido: “Denúncias abalam confiança no PT e em Lula”, ressalta o título. Em matéria associada a esta, o *Estadão* expressa juízo de valor explícito no título “Partido costuma tratar deslizes éticos como tabu”. Esta construção embute deduções do redator que apenas com muita dificuldade poderiam ser enquadradas nos padrões de objetividade factual que o jornal

reivindica para si. O texto é permeado de julgamentos, como este que aparece no *lead*: “A reação da cúpula do PT às denúncias (...) mostrou as dificuldades que o partido tem para lidar com deslizes éticos na conduta de dirigentes”.

Ainda no dia 1º de junho, as relações de compadrio entre Lula e Roberto Teixeira (que seria ligado à CPEM) são lembradas com frequência. “Amigo de Lula admite ter beneficiado CPEM” (página A-6). No dia seguinte, 02 de junho, “Suplicy que discutir salário e casa para Lula” (página A-8) enfoca mais uma vez as relações de Lula com Roberto Teixeira, proprietário da casa onde morava o atual Presidente da República. As edições de 03 de junho – “PT tenta reagir pedindo CPI dos corruptores” (página A-5) – e 04 de junho – “TCE mandou suspender mais de 400 contratos” (página A-6) – foram gradativamente diminuindo o espaço dedicado ao assunto, que perdia força noticiosa. Contudo, ainda assim, as matérias do *Estadão* sobre o tema, de maneira geral, continuavam ocupando espaços mais generosos e nobres do que nos outros veículos nacionais (como *O Globo* ou o *JB*) ou no seu concorrente paulista.

5 - A Folha de São Paulo: a ênfase na CPEM

Se o PT esteve o tempo todo no centro da cobertura do *Estadão*, na *Folha* a CPEM passou a ocupar crescente espaço noticioso ao longo do período estudado. A opção da *Folha* foi deslocar a discussão, gradativamente, para o problema das relações entre consultorias e prefeituras, e não focalizar apenas as denúncias de Paulo de Tarso Venceslau contra o partido. A edição de 27 de maio (na qual o assunto ocupou apenas a página 1-4) evidentemente fazia referência à reportagem de véspera do *JT*. A opção editorial da *Folha*, contudo, começou a se diferenciar da do *Estado* a partir da primeira expressão usada no antetítulo: no lugar do “escândalo petista” usado pelo concorrente, “suspeita” foi a palavra escolhida para introduzir o assunto. “Ex-secretário acusa Lula e Dirceu de ajudar empresa”, o título usado na matéria principal, dividiu espaço com a seção *Outro lado*, na qual se abriam pequenas notícias com a defesa petista.

Ao contrário do *Estado*, que adotou postura mais agressiva e acusatória, a *Folha* tratou o assunto recorrendo, com frequência, ao campo semântico da dúvida. No único editorial dedicado ao tema (“Incógnitas do PT”, página 1-2 do dia 02 de junho), o jornal utiliza recorrentemente expressões condicionais. Apesar de concordar com a tese de que, se comprovadas, as denúncias nivelariam o PT aos demais partidos, o tom usado pela *Folha* raramente foi o de assegurar que o PT já fosse igual aos demais:

“Com a deterioração dessa imagem, o partido pode acabar caindo na vala comum das agremiações que colocam seus próprios interesses ou de seus integrantes à frente de considerações mais ideológicas. Sem esse diferencial, o PT corre o risco de ver sua representação diminuída em favor de outras legendas”.

As expressões “pode” e “corre o risco” denotam a preocupação em relativizar, de antemão, a veracidade das denúncias. Esta preocupação pode ser sentida em grande parte das matérias. Apesar de a cobertura corroborar algumas das denúncias de Paulo de Tarso (na página 1-5, de 28 de maio, por exemplo, o título informava que “Amigo de Lula negociou com a prefeitura petista do ABCD”) a *Folha* dedicou grande parte de suas matérias a questões menos destacadas pelo *Estado*, como a disputa interna no PT – “Suspeitas abrem crise interna” (página 1-6, de 28 de maio).

A partir de 29 de maio, a CPEM passa a dominar o noticiário. Nas quatro páginas daquele dia dedicadas ao assunto, as matérias, apesar de falarem também sobre o PT, focalizaram preferencialmente a empresa de consultoria: “Cpem mudou de nome e manteve contrato” e “Empresas já tiveram mesmos sócios” (página 1-7); “Empresário petista visitou MG pela Cpem” e “Contrato com Cpem em Piracicaba será apurado” (página 1-8) são reportagens que exemplificam esse foco.

Na edição de 30 de maio, o enfoque é o mesmo. “TCE julga irregulares contratos da Cpem” (página 1-5) e “Teixeira admite ‘auxílio eventual’ à Cpem” são os títulos das duas principais matérias publicadas naquele dia. Os textos caminham na direção de discutir os contratos da Cpem de forma mais global, e não apenas os contratos com prefeituras petistas. O *lead* e o *sublead* da matéria da página 1-5 demonstram isso:

“O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo considerou irregulares contratos firmados entre a Cpem e cinco prefeituras de São Paulo (...) Os contratos envolvem São José dos Campos (1989), Diadema (91), Sumaré (93), Guarulhos (94) e São Caetano do Sul (94)”.

Este é um dos pontos que os petistas mais utilizaram para caracterizar as denúncias como politicamente orquestradas para prejudicar o partido. Para a direção do PT parte da imprensa omitiu o fato de que a CPEM, em 12 anos de existência, prestou serviços a mais de 300 prefeituras, sendo que apenas sete delas eram petistas. Diante da pergunta “o PT é ligado à CPEM?”, o jornal *PT Notícias* rebatia: “Não. Apenas sete prefeituras governadas por petistas fizeram contratos com a CPEM: Agudos, Diadema, Ipatinga, Jaboticabal, Piracicaba, Santo André e Santos”. O texto se completava com a informação de que nenhuma das prefeituras então comandadas por petistas tinha

contrato com a CPEM. “Isto prova que não há nenhuma ligação do Partido com a empresa”, afirmava o jornal.

Apesar de ser anterior à edição do jornal petista, a cobertura da *Folha* foi a que mais ressaltou a participação da empresa de consultoria em outros municípios. Dia 31 de maio, o jornal insiste no enfoque: “Promotor avalia contratos com empresas”, “Empresa está em licitação”, “Prefeito pára pagamentos à empresa” e “Indaiatuba tenta anular contrato” (todas na página 1-6) são notícias que focalizam a CPEM.

A *Folha* foi o primeiro jornal a publicar uma grande entrevista com Roberto Teixeira, o amigo de Lula acusado de pressionar prefeituras petistas a firmar contratos com a CPEM. No dia 1º de junho toda a página 1-7 e metade da página 1-8 foram dedicadas à defesa de Teixeira. “Calmo e bem-humorado, Teixeira rebateu as críticas”, informa o texto introdutório dos repórteres. A entrevista resalta pontos que ficaram razoavelmente eclipsados em outras coberturas.

Segundo Teixeira, “não há nenhuma substância. Só suspeitas, suspeitas, suspeitas... Onde está a acusação de corrupção? Estão fazendo um fogo de encontro para poder contrapor com essas últimas denúncias que estão aí (feitas pela *Folha* sobre a compra de votos para aprovação da reeleição)”. Para ele, “o PT sempre será vítima disso. O PT é como uma virgem posta num prostíbulo. O que as pessoas querem é prostituí-lo”.

Nessa mesma edição, o perfil traçado pela *Folha* do denunciante Paulo de Tarso Venceslau difere substancialmente daquele feito pelo *JT* e *Estadão*. Se, na definição dada pelo *Jornal da Tarde*, ele era “quadro petista respeitado”, para a *Folha* ele “já tinha uma longa trajetória de polêmica na esquerda”. Apesar de todos os jornais fazerem referência a praticamente os mesmos pontos da biografia de Paulo de Tarso, o enfoque é absolutamente distinto. Se nos jornais do grupo *OESP* enfatizou-se a participação de Tarso no bem sucedido seqüestro do embaixador americano, a *Folha* lembrou que “Venceslau carregou nos ombros a suspeita, numa comprovada, de negligência ou delação” no episódio que resultou na morte do líder guerrilheiro Carlos Marighella.

Da mesma forma, se para o *JT* Venceslau era um petista respeitado pelos seus companheiros, para a *Folha* ele “no PT, enfrentou, no início, a desconfiança de que continuava atuando como membro da Ação Libertadora Nacional do partido (...) Hoje, o economista ensaia a aproximação com o PSDB”. Antes dessa matéria no dia 1º de junho, outra reportagem, no dia 29 de maio, já alertava sobre as relações entre o denunciante e o Ministro das Comunicações, Sérgio Motta – “Motta diz conhecer Venceslau ‘da militância’” (página 1-10).

Assim como o já citado Editorial “Incógnitas do PT”, toda a edição de 02 de junho trata, em sua maior parte, das repercussões das denúncias sobre o futuro do partido, sem, no entanto, abandonar por completo o foco na CPEM (“Câmara de Piracicaba vota hoje comissão para investigar Cpem” –página 1-5). A CPEM estava presente em três matérias da edição de 03 de junho, na página 1-7; e em duas matérias na edição de 04 de junho, na página 1-8. Ou seja, até o último dia analisado por este trabalho, apesar da marca *O PT sob suspeita* – que foi o selo criado para acompanhar todas as matérias sobre o caso – a cobertura da *Folha* foi, em muitos momentos, mais sobre o escândalo da CPEM do que propriamente do PT.

6 - Conclusão

A análise comparativa das opções editoriais feitas pelos dois jornais indica que cada um deles enfatizou, em maior grau que o outro, algum aspecto específico do problema: o Partido dos Trabalhadores (*Estado*) e a CPEM (*Folha*). Diferentes estratégias narrativas foram constituídas, assim como diferentes abordagens utilizadas.

Mas, afinal, é possível falar em um enquadramento comum (ou, pelo menos, em alguns aspectos comuns dos enquadramentos escolhidos)? Sim, há pontos de interseção muito nítidos presentes nas coberturas, situados além do simples acompanhamento da mesma seqüência de denúncias e fatos. Estas interseções indicam que os jornais, em maior ou menor grau, convergiram suas avaliações a um ponto comum: a negação da especificidade do PT no quadro partidário brasileiro (fato consumado, segundo o *Estado*; possibilidade plausível, para a *Folha*).

Os diários (mesmo a *Folha*, com um discurso relativizador, admitia essa hipótese) insistiram na caracterização do Partido dos Trabalhadores como um partido exatamente igual – ou, pelo menos, não muito diferente dos demais. Assim como a cobertura do caso adquiriu contornos que não existiriam se o partido denunciado fosse outro (notícia é quando o homem morde o cachorro, e não o contrário, já ensinava o velho ditado das redações), a insistência em repetir que o PT era igual aos demais denotava que, naquele momento, esta *não* era a impressão mais difundida na opinião pública; se já fosse, o discurso da igualdade não precisaria ser repetido com tanta veemência e regularidade pelos jornais.

As coberturas do *Estadão* e da *Folha* em 1997 demonstram que a expectativa de que o PT agiria diferentemente dos demais era amplamente enraizada na sociedade – o que



ajuda a entender o enorme interesse noticioso e a brutal surpresa da opinião pública com a crise do *Mensalão* no governo Lula.

Como demonstrou Michael Schudson (1978), ao descrever os processos de transformação que levaram ao surgimento do moderno paradigma de jornalismo exportado pelos EUA para o mundo, há certas condições específicas para que o mercado de fato seja o parâmetro da produção noticiosa dos veículos. Os enquadramentos dados pelos jornais paulistas ao episódio das denúncias de Paulo de Tarso podem ser indicativos de que, por um lado, eles são compelidos à competição e por isso adotam opções editoriais distintas para tratar do mesmo assunto; por outro lado, como são todos empresas familiares (sujeitas às mesmas circunstâncias de desenvolvimento da imprensa brasileira) e que defendem posições ideológicas não muito distantes umas das outras, apresentam convergências – por exemplo, a defesa de teses críticas em relação ao petismo, já expressas naquele não tão próximo ano de 1997.

7 - Referências bibliográficas

- COUTINHO, Iluska. *Colunismo e poder: representação nas páginas de jornal*. Rio de Janeiro, Editora Sotese, 2005.
- DIAS, Heloísa da Silva, *Mídia e política: a cobertura de O Globo e a eleição municipal do Rio em 1992*. Dissertação de Mestrado – IUPERJ. Rio de Janeiro, 1995.
- FISHMAN, Mark. *Manufacturing the news*. Austin: University of Texas Press, 1990.
- GITLIN, Todd. *The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the new left*. Berkeley: University of California Press, 1980.
- GOFFMAN, Erving. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. New York: Harper and Row, 1974.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo. Editora Ática, 1993.
- LEAL, Paulo Roberto Figueira. *O PT e o dilema da representação política – os deputados federais são representantes de quem?* Rio de Janeiro, FGV Editora, 2005.
- LEAL, Paulo Roberto Figueira. *Os debates petistas no final dos anos 90*. Rio de Janeiro, Editora Sotese, 2004.
- SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: a social history of american newspaper*. New York: Basic Books, 1978.
- _____. “The politics of narrative form: the emergence of news conventions in print and television”. *Daedalus* 111(4), 1982, p. 97-112.



- WAISBORD, Silvio. *When watchdogs bark: press and a political accountability in south american democracies*. Paper presented at the annual meeting of the American Political Science Association, Chicago, IL, 1995.
- _____. “Contando histórias de corrupção: narrativa de telenovela e moralidade populista no caso Collorgate” in *Comunicação & Política* v. III, nº 2, maio-agosto 1996, p. 94-111.